



Reunião Ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

29.11.2011

Ata três/2011

Ao vigésimo nono dia de Novembro de dois mil e onze, com início pelas dezoito horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a primeira reunião extraordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIMT;
2. Apreciação e votação da proposta de alterações ao Regulamento para a Informação e Formação Profissional;
3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento referentes a 2012;
4. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.

Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes, o Presidente do Conselho Executivo da CIMT a Secretária Executiva e Teresa Taborda, Cristina Diogo e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por referir que no período antes da ordem do dia iria proceder às substituições, referindo, também, as faltas sem substituição. Começou por referir as faltas sem substituição elencando o deputado António Ribeiro Gameiro do PS (Ourém); o deputado Silvestre Luciano Gonçalves Pereira do PS (Alcanena), e o deputado Duarte Marques do PSD (Mação) que solicitou um pedido de suspensão pelo período de 6 meses.-----

De seguida, foram efetuadas as substituições do deputado Rui Picciochi, do PS, de Vila Nova da Barquinha, pelo deputado Rui Honório que já tendo tomado posse não teria de cumprir o juramento legal. -----

A deputada Maria Graciete Honrado do PSD (Tomar) foi substituída pela deputada Maria de Lurdes Ferromau que, não tendo ainda tomado posse, procedeu ao juramento legal, assinando o respetivo termo e sendo declarada empossada.-----

Do mesmo modo, o deputado Carlos Malaca dos ICA (Alcanena) foi substituído pelo deputado João Ramiro Raposo de Almeida que, não tendo ainda tomado posse,

procedeu ao juramento legal, assinando o respetivo termo de posse e foi declarado empossado.-----

Após as substituições foram colocadas a votação as atas das reuniões anteriores, respetivamente, a ata da reunião ordinária do dia 21 de Junho de 2011 e, a ata da reunião extraordinária do dia 28 de Outubro do mesmo ano. Ambas foram aprovadas, sendo que, a ata do dia 21 de Junho não teve votos contra, teve 5 abstenções, sendo elas 1 do PSD, 1 dos ICA, 1 da CDU, 1 do PS e 1 do BE.

Estavam presentes na sala 31 deputados. No que diz respeito à ata do dia 28 de Outubro também não teve votos contra, teve 8 abstenções sendo elas 3 do PSD, 1 dos ICA, 1 da CDU e 2 do PS. Estavam na sala 31 deputados.-----

A Presidente da Mesa da AI referiu que tinha sido distribuído aos senhores deputados, por correio eletrónico/correio normal, os assuntos para esta reunião e que, entretanto, estava a ser reproduzida, em papel, uma nota informativa, bem como, uma declaração a assinar sobre compromisso de honra respeitante às senhas de presença auferidas pelos deputados neste ano civil. Mencionou que se tratava de uma matéria puramente administrativa que tinha a ver com a lei do Orçamento de Estado. Referiu a retenção de uma parte da senha de presenças de cada deputado, que segundo a CCDR essa retenção deveria ser efetuada pela entidade processadora das respetivas remunerações. Expôs a questão da caixa geral de aposentações, alertando que ainda se tinha de debruçar sobre esta matéria com os serviços para ser avaliada a melhor forma de efetuar este processo e transmitir esta informação aos senhores deputados.-----

Ainda neste ponto das informações, a Presidente da Mesa da AI deu conhecimento aos deputados que, na sequência da última reunião da Assembleia Intermunicipal, os membros representantes as diversas forças/grupos com representação na Assembleia foram ouvidos pelos grupos parlamentares do CDS/PP, PSD e BE, não tendo ainda sido ouvidos pelo PCP, razão pela qual foi reagendada a reunião com esta última força política, pois referiu a Presidente da Mesa da AI que, na data inicialmente apontada, não conseguiria acompanhar esses trabalhos.-----

Esclareceu que foram transmitidas de viva voz as preocupações do Médio Tejo, no que respeita à falta de médicos e aos centros de saúde, bem como, às questões do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Entendeu ter havido um bom acolhimento por parte de quem ouviu esta comissão, achando que tinha havido abertura para um entendimento na resolução dos problemas apresentados.-----

Deu a conhecer, de igual modo, que o Vice-Presidente Corvêlo de Sousa tinha comparecido numa destas reuniões.-----

Ainda neste período o deputado João Ramiro, de Alcanena, usou da palavra cumprimentando todos os membros desta assembleia pelo excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Referiu de igual modo, que gostaria de apresentar uma moção aprovada na Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Alcanena, em Setembro, sobre a defesa dos serviços no hospital de Torres Novas.-----

Foi de seguida dada a palavra ao deputado Ramiro Silva, da CDU, que requereu fazer uma declaração política sobre o anunciado Livro Verde para a reforma administrativa do poder local, considerando que o mesmo constitui um verdadeiro programa de subversão do poder local democrático.-----

Comentou que, as propostas anunciadas, com a capa do programa de agressão e submissão que PSD, CDS e PS subscreveram com a troika, visavam, ao arrepio da Constituição da República, liquidar a autonomia das autarquias e reconstituir um modelo de dependência e subordinação existente antes de 25 de Abril.-----

Disse ainda, que o programa de agressão ao poder local era, na sua essência, um programa de agressão às populações e às suas condições de vida, um fator de constrangimento do desenvolvimento económico e de agravamento das assimetrias regionais, de retrocesso de vida democrática local.-----

Face a estes considerandos, informou que os eleitos da CDU vinham apelar à população, ao movimento associativo e outras organizações presentes na vida local, aos eleitos em geral, aos trabalhadores da administração local, aos democratas, para que erguessem a sua voz e manifestassem a sua oposição a estes projetos de liquidação do poder local democrático, de mutilação de princípios constitucionais, de empobrecimento da vida e do regime democrático.-----
Por último, os eleitos da CDU manifestaram a sua oposição a uma proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012 que se afirmava, nas suas disposições, como um meio de impor limitações inaceitáveis à autonomia das autarquias e de consagrar cortes de financiamento incompatíveis com o pleno direito de exercício das suas atribuições e competências.-----

Terminada esta intervenção, foi dada a palavra ao deputado João Ramiro, de Alcanena, que apresentou uma moção aprovada por unanimidade na reunião da Assembleia Municipal de Alcanena, sobre a problemática do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Começou por referir que tinham sabido, através de uma notícia da SIC, que os hospitais de Torres Novas e Tomar iriam deixar de ter urgências com atendimento médico-cirúrgico, referindo o encaminhamento para o hospital de Abrantes e dizendo que as urgências dos dois hospitais mais próximos com a prestação de serviços limitada às situações correspondiam na prática a um atendimento SAP.-----

Sabendo de antemão das dificuldades do país e a conseqüente necessidade de racionalização de recursos, considerou que era imperiosa a adequação dos meios à nossa realidade económica e financeira esperando, assim, que essas alterações tivessem por base critérios de racionalidade adequados às realidades socioeconómicas das populações abrangidas.-----

A Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao deputado Rui Ferreira que apresentou uma declaração sobre a introdução de portagens na A23 e A13.-----

O deputado Rui Ferreira iniciou a sua intervenção fazendo referência a que, perante o anúncio sobre a introdução de portagens na A23, já a partir do próximo dia 8 de Dezembro, não podiam os eleitos da CDU deixar de se manifestar sobre o nefasto processo que contribuirá decisivamente para o retrocesso acentuado da nossa região, bem como, para o interior de Portugal.-----

Relembrou que uma das premissas da construção das SCUTS teve por base a correção das assimetrias regionais, muito concretamente a discriminação positiva de regiões onde o rendimento per capita se situava, à altura, abaixo dos 80% da média nacional.-----

Alertou de igual modo, que mesmo ainda sem portagens, a economia das regiões fronteiriças era praticamente inexistente devido às melhores condições e incentivos oferecidos do outro lado da fronteira. Saliu também que muitas das empresas da região não iriam conseguir suportar o acréscimo anual de custos, em centenas de milhares de euros, com este novo encargo.-----

Relativamente ao papel desempenhado pela Assembleia Intermunicipal da CIMT, disse que a CDU tinha consciência que poderia ter ido mais longe. Face ao já referido, o deputado Rui Ferreira, clarificou que os eleitos pela CDU iriam continuar a debater-se pelo não pagamento das portagens na A23, A13, ou outra qualquer onde não exista alternativa, ou em regiões desfavorecidas.-----

Após finalização destas declarações, a Presidente de Mesa da AI da CIMT, solicitou aos deputados que os documentos fossem enviados com a devida antecedência, pois assim, ficariam prejudicadas algumas bancadas.-----

1. Informação da atividade da CIMT-----

Foi presente à Assembleia Intermunicipal a informação relativa à atividade da CIMT. A Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que teceu alguns comentários sobre a atividade da CIMT. Começou por fazer referência à execução de obras do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, referindo a CIMT como a CIM com maior índice de execução.-----

Evidenciou que de 51 milhões de euros, a execução passou para 91 milhões de euros.-----

Acrescentou que este trabalho surge da dinâmica que existe no Médio Tejo quer através dos funcionários, quer pelos autarcas.-----

Disse, de igual modo, que estávamos todos a ser enganados pelo governo, quer pelo anterior quer pelo atual, visto ter sido criado um balcão de mérito para as CIMs que atingissem os 75%, balcão este que deixou de existir. Considerou esta situação injusta.-----

Voltou a referir o Médio Tejo em situação diferenciadora, visto estar na "linha da frente" em relação às outras CIMs.-----

O Presidente do Conselho Executivo da CIMT referiu ainda que o Médio Tejo se tinha candidatado ao Projeto Piloto promovido pelo governo, contudo, não tinha havido orientações para esta CIM fosse uma das CIM piloto por parte do Ministro Miguel Relvas, por razões óbvias que todos conheciam. O Ministro Miguel Relvas é de Tomar, faz parte da Assembleia Municipal de Tomar e mostrou-se isento nesta matéria.-----

No que respeita à Central de Compras da CIMT, elucidou ser um processo de extrema importância, ser uma boa medida, visto revelar-se em poupanças para os municípios, pois com este processo o Médio Tejo iria ter boas economias de escala.-

De igual modo referiu os quadros interativos instalados nas Câmaras Municipais, a parceria com o IAPMEI no âmbito do Projeto EM-Rede, o Projeto do Transporte a pedido e, em particular, o projeto piloto da Câmara Municipal de Mação.-----

Ao nível do Projeto da Afirmção Territorial do Médio Tejo, referiu estar a ser feito um trabalho em conjunto no âmbito do turismo, enunciado a marca "médio tejo", já registada, tal como, o slogan "Médio Tejo no Coração de Portugal". Esclareceu que as questões relacionadas com o turismo estavam a ser acompanhadas mais de perto pelo Senhor Presidente da CM de Ourém, Paulo Fonseca.-----

Após estas intervenções a Presidente da Mesa da AI questionou os deputados se queriam inscrever-se para fazer intervenções sobre estas matérias.-----

Foi dada a palavra ao deputado Rui Ferreira que solicitou esclarecimentos sobre uma reunião que tinha ouvido falar ter tido lugar na CCDR sobre uma eventual linha de crédito.-----

O deputado José Baptista interveio também, enaltecendo a CIMT pelo fato desta ter um papel diferente das outras CIMs no âmbito dos fundos comunitários. Contudo, solicitou também ao Presidente do Conselho Executivo que lhe fossem prestados alguns esclarecimentos sobre o Transporte a Pedido e sobre o Empreendedorismo.-

Terminados os pedidos de esclarecimentos, a Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo de modo a que fossem esclarecidos os senhores deputados sobre estas matérias.-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo começou por transmitir que ainda não tinha decorrido a reunião a que o deputado Rui Ferreira estava a fazer referência, na CCDR, sobre a linha de crédito. Esclareceu sim, que estava previsto o agendamento de uma reunião, em Coimbra, na CCDRC, para abordar o programa Jessica que incide sobre a Regeneração Urbana.-----

No que respeita às dúvidas apresentadas pelo deputado José Batista, começou por comentar todo o trabalho que estava a ser desenvolvido no âmbito da Central de Compras, os vários contactos que têm vindo a ser estabelecidos com as autarquias para uma melhor definição de prioridades ao nível das aquisições e, a melhor forma de atuação para redução de custos aos mais diferentes níveis, nomeadamente para aquisições com papel, combustíveis, economato entre outros. Realçou que em reunião do Conselho Executivo tinha ficado deliberado a integração dos Serviços Municipalizados de Tomar neste processo, procurando-se, de igual modo, que outras entidades da Administração Pública pudessem fazer parte deste processo, no sentido de se obterem maiores economias de escala.-----

Sobre o projeto Empreendedorismo Em Rede, esclareceu que se tratava de um projeto que visa a promoção do empreendedorismo na região do Médio Tejo, projeto este que visa também facilitar o acesso à criação de empresas e emprego. Referiu que até ao momento já tinham sido desenvolvidas várias ações como era o caso de sessões de capacitação de professores, reuniões entre a CIMT e entidades do sector do financiamento, reuniões com diretores de escolas aderentes, entre outros. Para além disso esclareceu que já estava feito algum trabalho no âmbito da divulgação deste projeto, através da reprodução gráfica de um folheto e de um cartaz, da elaboração e colocação online do site do projeto. Terminou referindo que este projeto foi aprovado pelo POR do Centro, tem uma duração de 24 meses e conta com a participação de várias entidades sendo elas, ADIRN, IPT, NERSANT, TAGUS, TAGUSVALLEY e IAPMEI. -----

2. Apreciação e votação da proposta de alterações ao Regulamento para a Informação e Formação Profissional-----

A Presidente da Mesa da AI informou que este ponto da OT tinha um lapso, visto ser um assunto que já tinha vindo à anterior reunião da Assembleia, pelo que o mesmo foi retirado da ordem de trabalhos.-----

3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento referentes a 2012-----

A Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo para que se pronunciasse sobre esta matéria.-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo referiu que não iria detalhar o orçamento, pois a informação estava plasmada no documento enviado para todos. Preferia responder às dúvidas que os senhores deputados entendessem ver esclarecidas. Contudo, queria deixar uma nota, visto se tratar de um orçamento com contenção na despesa, tendo em conta a atual conjuntura que todos estávamos a viver. Referiu assim, que o orçamento elaborado e hoje apresentado, era o mais baixo de sempre apresentado.-----

Face a esta pequena intervenção colocou-se à disposição dos senhores deputados para os esclarecimentos que fossem necessários.-----

A Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao deputado João Simões, dos Independentes por Tomar que, iniciou a sua intervenção referindo que têm estado pendentes muitos projetos em consequência do seu elevado valor financeiro e da falta de financiamento comunitário. A burocracia do QREN tem sido um travão ao seu desenvolvimento, referiu.-----

Proferiu que as Opções do Plano e Orçamento da CIMT para 2012 revêm-se na continuidade dos projetos apresentados em anos anteriores.-----

Face ao exposto, referiu de igual modo, que os Independentes por Tomar continuavam a sublinhar que o projeto da Mobilidade, lançado há vários anos, tinha de conhecer desenvolvimentos efetivos para se obter uma estratégia mais eficaz nos transportes. Os núcleos servidos pela CP não se encontravam interligados e nem a CP considerava a sua importância. Mencionou que há que trabalhar em sede da CIMT para se desenvolver essa interligação entre os núcleos que têm atividades económicas e, sobretudo, os serviços de saúde. Este projeto é da maior importância e como tal merece ser considerado.-----
No âmbito da formação, comentou que o aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação é relevante nas autarquias e nas escolas.-----
Considerou que o papel do ensino superior não pode nem deve ser esquecido, com a sua ligação à Comunidade, aproveitando as suas enormes potencialidades e utilizando as suas valências.-----

Referiu a tarefa de captação de empresas criando estruturas de apoio às pequenas e médias, incentivando ao empreendedorismo e sustendo a fuga de mão-de-obra qualificada para outros locais mais apetecíveis.-----

Ao nível da coesão territorial, comentou que em tempo de crise profunda há que estar preparado para políticas nesta área, combatendo as assimetrias e o crescente despovoamento dos concelhos do interior, que faz sair os mais jovens. A introdução das portagens na A23 (A13) constitui uma contribuição do poder central para a desertificação do interior, deslocalização de empresas e aprofundamento das assimetrias regionais.-----

Fez referência ao Médio Tejo Digital como uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento, contudo, disse haver insuficiências patentes que têm frustrado as suas potencialidades. Há que fazer mais e melhor.-----

No que diz respeito ao Turismo, comentou que as políticas integradas são cruciais para aproveitar os enormes recursos e potencialidades em todos os municípios e para fazer cessar o despertar de iniciativas e de serviços espalhados por vários organismos, que devem ser racionalizados e integrados numa estrutura de coordenação centralizada.-----

Sobre o QREN, alertou para que se devam aproveitar as hipóteses de candidaturas para obras e projetos de interesse efetivo para a CIMT. Chamou a atenção para as verbas não comparticipadas que, referiu terem de provir de outros financiamentos, são cada vez mais difíceis e mais raros - há que negociar bem para minimizar custos e maximizar o seu aproveitamento.-----

A finalizar a sua intervenção, falou nas fichas de projeto que continuavam muito bem elaboradas e permitiam uma leitura prospectiva e perspectiva das atividades e ações previstas, custos estimados e formas de financiamento. Face ao exposto e, apesar de tudo, os Independentes por Tomar, desejam que os serviços da CIMT possam atingir em 2012 os níveis de execução nos projetos e atividades contribuindo para impulsionar a promoção da região do Médio Tejo e contribuir para minimizar os tempos de crise que se atravessam.-----

De seguida, a Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que começou por falar no Livro Verde para a Reforma da Administração Local e a reunião que a CIMT pretendia fazer com autarcas e com o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Dr. Paulo Júlio. Comentou que este assunto tinha sido referido na última reunião do Conselho Executivo da CIMT, onde tinha ficado decidido efetuar um debate alargado com Presidentes das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul.-----

Teceu mais alguns comentários nomeadamente constrangimentos a nível de pessoal, designadamente ao nível da área informática. Referiu pretender dizer que era pertinente avaliar esta situação, pois era uma área, na CIMT, que estava

“desfalcada”.-----

A Presidente da Mesa da AI colocou o documento das Opções do Plano e Orçamento referentes a 2012, tendo o mesmo sido aprovado com 29 votos a favor dos eleitos presentes. Na sala estavam presente 34 deputados. Não houve votos contra, mas 5 abstenções (4 da CDU e 1 do BE).-----

Sobre o Documento Verde da Reforma de Administração Local, a Presidente da Mesa da AI referiu aos deputados presentes que o mesmo estava em discussão, pelo que se deveria aguardar aquilo que seria a proposta de lei, para o início do ano. No que respeita a esta matéria, assumindo o compromisso de que a mesma seja objeto de reflexão nesta Assembleia, nomeadamente com a realização duma reunião específica para abordar esta temática. -----

4. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro-----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, verificada a inexistência de público, a Presidente referiu estar dispensada a matéria. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 20h30 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião.